

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO CONHECIMENTO JURÍDICO INCLUSIVO: IMPACTOS DO SISTEMA PROCESSUAL NA VIDA DOS MORADORES DE LAGES/SC¹

Technology and Innovation for the Scientific Dissemination of Inclusive Legal Knowledge: Impacts of the Procedural System on the Lives of Residents of Lages/SC

Aline Elise Debiazi Vargas Longo²

Gerson Palma Arruda³

RESUMO

Este artigo analisa os impactos econômicos e sociais do sistema processual brasileiro sobre os moradores da cidade de Lages, SC, a partir da atuação do Escritório Modelo de Assistência Jurídica - EMAJ do Curso de Direito da UNIPLAC, com base nos atendimentos realizados nos anos de 2022 e 2023. O estudo faz parte das atividades do Grupo de Pesquisa Educação e Controle Social para Eficiência do Sistema Processual e está vinculado ao projeto de pesquisa e extensão “Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina - FAPESC, que visa a promoção do conhecimento jurídico à sociedade por meio de mídias digitais e da aproximação entre universidade e comunidade. Os dados coletados revelam como a prestação jurisdicional impacta principalmente mulheres, que representaram 64,5% do público atendido. O artigo se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, 5, 8 e 16 da ONU e propõe a difusão do conhecimento jurídico como ferramenta de empoderamento e transformação social.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Extensão Universitária; Inclusão Jurídica; Metodologias Ativas; ODS; Processos Judiciais; Direito Cast UNIPLAC.

ABSTRACT

This article analyzes the economic and social impacts of the Brazilian procedural system on the residents of the city of Lages, SC, based on the work carried out by the Legal Aid Model Office (EMAJ) of the Law Program at UNIPLAC, using data from services provided in 2022 and 2023. The study is part of the activities of the Research Group on Education and Social Control for

¹ Artigo escrito em cumprimento de etapa do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO CONHECIMENTO JURÍDICO INCLUSIVO.

² Advogada e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Controle Social para Eficiência do Sistema Processual e Professora Orientadora do Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ do Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. alineedvl@gmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/3215688327456345> <https://orcid.org/0009-0003-6654-3710>

³ Advogado e Mestre em Sistemas Produtivos, em forma associativa e Interdisciplinar, com ênfase em Gestão Organizacional e Direito (UNIPLAC; UNC; UNESC e UNIVILLE). Supervisor/Orientador de Trabalho de Curso. Coordenador do Curso de Direito da UNIPLAC. prof.gersonpa@uniplaclages.edu.br CV: <http://lattes.cnpq.br/1369333196544957>; <https://orcid.org/0009-0008-3438-3069>

the Efficiency of the Procedural System and is linked to the research and outreach project “Technology and Innovation for the Scientific Dissemination of Inclusive Legal Knowledge,” funded by the Research Support Foundation of Santa Catarina (FAPESC). This project aims to promote legal knowledge to society through digital media and to strengthen the connection between the university and the community. The collected data reveal how judicial services primarily impact women, who made up 64.5% of those assisted. The article aligns with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) 4, 5, 8, and 16 and proposes the dissemination of legal knowledge as a tool for empowerment and social transformation.

Keywords: Access to Justice; University Outreach; Legal Inclusion; Active Methodologies; SDGs; Judicial Proceedings; UNIPLAC Law Program.

1. Introdução

A sociedade brasileira contemporânea está inserida em um contexto de intensa judicialização das relações sociais, e nesse cenário o acesso à justiça e a compreensão do fenômeno jurídico se tornam fatores preponderantes para a efetivação dos direitos fundamentais. Contudo, o sistema processual brasileiro ainda se apresenta, para grande parcela da população, como um ambiente técnico, inacessível e, por vezes, excludente. Essa realidade é ainda mais acentuada entre os segmentos socialmente vulneráveis, que não apenas enfrentam dificuldades econômicas e sociais, mas também desconhecem os meios jurídicos disponíveis para a defesa de seus direitos.

Mais do que permitir que os cidadãos ingressem em juízo, tal acesso implica garantir a efetividade do processo, a celeridade das decisões e a promoção de um ambiente de igualdade e dignidade para todos os envolvidos. Contudo, a realidade vivenciada pelos cidadãos brasileiros revela entraves consideráveis nesse processo. A morosidade, a burocracia e a dificuldade de compreensão dos trâmites jurídicos afetam desproporcionalmente populações vulneráveis, como mulheres, pessoas com baixa renda e comunidades periféricas. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa.

Este artigo faz parte das atividades do Grupo de Pesquisa Educação e Controle Social para Eficiência dos Sistema Processual e é produto do projeto de extensão e pesquisa intitulado “Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo”, financiado pela FAPESC, desenvolvido no Curso de Direito da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, com foco na atuação do Escritório Modelo de Assistência Jurídica - EMAJ.

O projeto visa estruturar um estúdio de gravação de podcasts e outros conteúdos jurídicos, com o objetivo de democratizar o conhecimento sobre o funcionamento do sistema de justiça e, assim, empoderar a comunidade local.

A pesquisa empírica foi realizada a partir da análise dos atendimentos prestados pelo EMAJ nos anos de 2022 e 2023, buscando entender como o sistema processual impacta a vida dos assistidos. A produção acadêmica e científica será acompanhada da difusão de conteúdos acessíveis, pela internet e em ambientes físicos da universidade, como clínicas e salas de espera, para aproximar a universidade da sociedade.

Além disso, a iniciativa busca promover a divulgação científica do conhecimento jurídico de forma acessível e inclusiva, por meio de mídias digitais e físicas, com a participação ativa de alunos bolsistas, professores e pesquisadores convidados. O projeto ancora-se fortemente em metodologias ativas de ensino e práticas extensionistas, promovendo a articulação entre a teoria acadêmica e a prática comunitária, ampliando a formação crítica dos discentes e democratizando o saber jurídico.

O artigo também se alinha diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 da ONU, especialmente aos ODS 4 - Educação de Qualidade, 5 - Igualdade de Gênero, 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, compreendendo o Direito como um instrumento de transformação social e o ensino jurídico como ferramenta de promoção de cidadania, equidade e justiça social.

2. O Projeto: Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo

O projeto nasceu da necessidade de melhorar o entendimento da população sobre o sistema jurídico e promover o acesso à informação jurídica de maneira acessível, moderna e contínua. Abrange três fases principais: a coleta de dados, a análise e interpretação desses dados, e a divulgação científica contínua dos resultados por meio de mídias digitais e escritas.

A proposta consiste em estruturar um estúdio de podcast no Curso de Direito da UNIPLAC, com a finalidade de produzir e divulgar conteúdos que traduzam o conhecimento jurídico acadêmico para linguagem compreensível por toda a população. Esses materiais serão veiculados tanto na internet pelos canais do YouTube, Spotify e redes sociais, quanto em espaços físicos da própria universidade, como as salas de espera das clínicas médicas, odontológicas e do próprio EMAJ.

Além disso, o projeto prevê a participação ativa de alunos bolsistas, que atuarão na coleta de dados, redação de roteiros, gravação de episódios e divulgação dos conteúdos. Professores do curso e especialistas convidados contribuirão com orientação e conteúdo técnico, o que permite integrar teoria e prática de forma dinâmica, multidisciplinar e socialmente engajada.

Essa estrutura favorece o fortalecimento das metodologias ativas de ensino-aprendizagem, pois estimula a pesquisa, a produção de conteúdo original, a oralidade, a interdisciplinaridade e o engajamento com problemas reais enfrentados pela comunidade. O resultado esperado é duplo: promover a formação cidadã e crítica dos acadêmicos e empoderar juridicamente a população.

3. As Atividades de Extensão: Metodologias Ativas e Transformação Social

As atividades de extensão universitária⁴ são centrais no projeto, pois representam a interface entre universidade e sociedade. Elas são conduzidas por alunos sob a supervisão de professores e visam colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

No âmbito do projeto, as atividades extensionistas não se limitam à atuação do EMAJ no atendimento jurídico gratuito à população. Elas se expandem para a produção de conhecimento e sua difusão pública. Isso se dá por meio da elaboração de conteúdos informativos escritos, audiovisuais e digitais, que têm como objetivo facilitar a compreensão dos direitos e deveres pelos cidadãos, contribuindo para uma sociedade mais informada e justa.

A produção de podcasts e vídeos educativos promove o desenvolvimento de competências fundamentais aos alunos do Curso de Direito: pesquisa, linguagem acessível, argumentação, empatia e responsabilidade social. Tais competências se conectam com as diretrizes das metodologias ativas, pois colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, transformando-o em protagonista da construção do conhecimento.

Essas atividades também desempenham papel importante na formação ética dos alunos, pois ao lidarem com casos reais, aprendem a importância da sensibilidade, do respeito à diversidade e da escuta ativa. A conexão direta com a realidade da comunidade lageana permite a identificação de padrões, carências e oportunidades de melhoria no serviço público judicial, além de estimular o compromisso com a justiça social.

A prática jurídica supervisionada ganha nova dimensão com este projeto: além do atendimento técnico, ela se torna um canal de produção e disseminação de saber jurídico, com potencial para romper ciclos de desinformação e exclusão.

⁴ O conceito de extensão universitária no contexto jurídico refere-se às atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino superior que têm como objetivo aplicar o conhecimento acadêmico em benefício da comunidade externa. Essas atividades não se limitam ao ensino e à pesquisa, mas também buscam promover a interação entre a universidade e a sociedade, através de programas e projetos que visam melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento social. No Brasil, a extensão universitária é regulamentada pelo Ministério da Educação – MEC, e é considerada um dos pilares da tríade universitária, ao lado do ensino e da pesquisa. As atividades de extensão podem abranger desde cursos de capacitação e assessoria técnica para organizações comunitárias até projetos de intervenção social, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento local e a inclusão social. Resolução CNE/CES nº 7 de 2018.

4. A Pesquisa Empírica: Análise dos Atendimentos do EMAJ dos anos de 2022 e 2023

A pesquisa empírica realizada no âmbito do projeto teve como objeto os atendimentos jurídicos realizados pelo EMAJ da UNIPLAC nos anos de 2022 e 2023. O total de atendimentos analisados foi de 487 casos, envolvendo diversas áreas do Direito, com destaque para o Direito de Família, das Sucessões, da Infância e Juventude e o Direito do Consumidor.

Os dados revelam que 64,5% dos atendidos foram mulheres, o que evidencia a feminização da vulnerabilidade jurídica na cidade de Lages. Muitas dessas mulheres buscaram apoio para ações de divórcio, dissolução de união estável, alimentos, guarda de filhos e partilha de bens.

Em diversas situações, identificou-se a prática de violência patrimonial, caracterizada pela recusa do ex-cônjuge em dividir bens ou contribuir para o sustento dos filhos, configurando formas sutis de violação de direitos.

Em termos etários, observou-se equilíbrio entre os nascidos entre 1960 e 2000, o que demonstra que o acesso à assistência jurídica gratuita é buscado por pessoas de diferentes faixas etárias.

Do total de atendimentos analisados:

- 66,7% foram arquivados;
- Dos arquivados:
 - 36,5% foram solucionados;
 - 25,6% houve desistência pelo cliente;
 - 23,1% resultaram em abandono do atendimento.

Quanto aos processos analisados:

- 33,3% ainda estavam em trâmite.

Já quanto à natureza da jurisdição:

- 77,9% eram de jurisdição contenciosa;
- 18,4%, de jurisdição voluntária.

Nos processos com sentença:

- 66,7% foram homologatórias;
- 33,3% foram condenatórias.

Dentre os processos ajuizados no período, 56,8% ainda estavam em tramitação no momento da coleta dos dados. Esses números refletem tanto a morosidade do sistema quanto a complexidade das causas.

Outro dado relevante foi o índice de êxito das ações: 67,6% dos casos julgados tiveram decisão favorável ao cliente do EMAJ, enquanto 32,4% resultaram em decisão desfavorável.

A análise desses dados empíricos permite compreender que o sistema processual, apesar de seu papel garantidor de direitos, ainda apresenta obstáculos significativos ao cidadão comum, especialmente à população mais pobre e menos instruída, que sofre com a lentidão, a burocracia e a baixa efetividade de decisões judiciais.

5. Acesso à Justiça, Estrutura Tecnológica e Disseminação do Conhecimento Jurídico

A análise empírica descrita anteriormente confirma uma realidade vivida em todo o Brasil: o sistema processual brasileiro afeta significativamente a vida de indivíduos em situação de vulnerabilidade, especialmente as mulheres. Essa constatação justifica a adoção de medidas educativas, informativas e tecnológicas que promovam o empoderamento legal da população. Neste ponto, o presente projeto se diferencia ao aliar tecnologia, inovação e extensão universitária para democratizar o acesso ao conhecimento jurídico.

5.1. Acesso à Justiça e ODS 16

A garantia do acesso à justiça, prevista no ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, envolve não apenas a abertura de canais formais para o ajuizamento de demandas, mas também a efetividade processual, o cumprimento de sentenças e o respeito aos direitos fundamentais. Ao considerar que cerca de 1/3 dos atendimentos arquivados resultaram de desistência ou abandono, evidencia-se um sentimento de frustração, possivelmente causado pela lentidão ou complexidade do trâmite judicial.

O Poder Judiciário não pode ser instrumento de evasão de responsabilidade, tampouco escudo para o inadimplemento de obrigações. Quando decisões judiciais deixam de ser executadas por falta de meios adequados de localização de bens ou demora nos trâmites, a população se sente desassistida. Ferramentas tecnológicas criadas recentemente, como o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP e o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos - SNIPER, demonstram avanços nesse sentido, mas ainda são pouco conhecidas ou compreendidas pela maioria da população.

5.2. Estrutura do Estúdio e Produção Científica com Mídia Digital

O estúdio de podcast do Curso de Direito da UNIPLAC, estruturado com apoio da FAPESC, é o centro nevrálgico da estratégia de comunicação do projeto. Ele possibilita a produção contínua de conteúdos jurídicos em linguagem acessível, com a participação de professores, alunos, profissionais da área e convidados especialistas.

A distribuição do conteúdo produzido no Projeto Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo se dá pelos canais Direito Cast UNIPLAC de forma multiplataforma: YouTube, Spotify, redes sociais e ambientes físicos como salas de espera do EMAJ e clínicas da área da saúde da universidade.

Essa capilaridade da divulgação é essencial para atingir o público-alvo, que muitas vezes não possui acesso às informações em fontes tradicionais como livros, códigos ou jurisprudência.

Ademais, a proposta de convidar pesquisadores e especialistas amplia o alcance acadêmico e promove o diálogo interdisciplinar, fortalecendo a construção de um marco teórico nacional e regional sobre os impactos sociais e econômicos do sistema judicial.

Além de ser um espaço dedicado à democratização do conhecimento jurídico, o Estúdio de Podcast do Curso de Direito da UNIPLAC também tem sido o cenário para a gravação do ACTA IVRIS CAST⁵, o podcast dos cursos de Direito e Jornalismo da UNIPLAC.

Com episódios periódicos, o Acta Ivris Cast tem se consolidado como importante ferramenta de extensão universitária, promovendo debates qualificados sobre temas jurídicos contemporâneos e aproximando o saber acadêmico da sociedade.

O Direito Cast UNIPLAC é o podcast do Projeto Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo e destaca-se por sua abordagem didática e engajadora, permitindo que temas complexos do Direito sejam compreendidos de forma clara e acessível. Essa linguagem inclusiva é especialmente relevante para alunos em formação e para o público em geral que busca compreender melhor os impactos do sistema jurídico em seu cotidiano.

Além disso, o Direito Cast UNIPLAC reforça o papel da universidade como agente ativo na produção e disseminação de conhecimento científico e socialmente comprometido. A escolha dos temas, bem como a diversidade de vozes que compõem os episódios, incluindo professores

⁵ <https://open.spotify.com/show/3wEzxX7ausc5oEV7HaouA9?si=ndz7nPVUS4Szv1skgqibJg>

e alunos, reafirma o compromisso do Curso de Direito da UNIPLAC com a formação crítica, plural e conectada com os desafios contemporâneos do Direito.

5.3. Educação Jurídica e os ODS

A educação jurídica, quando compreendida para além da mera transmissão de normas e procedimentos técnicos, revela-se um potente instrumento de transformação social. No contexto deste projeto, ela cumpre papel estratégico ao articular saber acadêmico, prática extensionista e inclusão social, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS propostos pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030.

ODS 4 – Educação de Qualidade

O ODS 4 busca “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Esse objetivo está diretamente ligado à missão do projeto, que visa disseminar o conhecimento jurídico não apenas dentro do ambiente universitário, mas também para a população em geral – especialmente os grupos mais vulneráveis.

Através da produção de conteúdos acessíveis como podcasts, vídeos e textos informativos, o projeto estimula a educação não formal da comunidade, permitindo que pessoas sem formação jurídica possam compreender seus direitos e deveres. Ao mesmo tempo, os alunos envolvidos no projeto vivenciam um aprendizado experiencial, fundamentado em metodologias ativas, que os desafiam a traduzir o conhecimento técnico em linguagem compreensível, empática e socialmente relevante.

Dessa forma, o projeto contribui não apenas para a formação de profissionais mais capacitados, mas também para a construção de uma cultura jurídica cidadã, na qual o acesso à informação é fator de empoderamento coletivo.

ODS 5 – Igualdade de Gênero

A igualdade de gênero, prevista no ODS 5, é outro eixo central desta iniciativa. Os dados coletados nos atendimentos realizados pelo EMAJ nos anos de 2022 e 2023 indicam que 64,5% dos atendimentos foram realizados a mulheres, muitas das quais enfrentam situações de violência doméstica, dependência econômica, litígios em processos de alimentos, guarda de filhos e partilha de bens. Em muitos casos, verifica-se a prática da violência patrimonial como forma de prolongar o controle do agressor mesmo após o fim do relacionamento.

A falta de informação jurídica clara, o medo do processo judicial e a morosidade da justiça tornam essas mulheres ainda mais vulneráveis. O projeto contribui para a reversão desse cenário ao oferecer conteúdos educativos específicos para o público feminino, abordando os principais direitos da mulher no âmbito civil, penal e familiar, bem como os caminhos legais para o exercício desses direitos.

Além disso, o projeto cria espaços de diálogo com especialistas convidados, inclusive mulheres juristas e pesquisadoras, reforçando o protagonismo feminino na construção do conhecimento jurídico e na luta contra a desigualdade.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O ODS 8 propõe “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas e todos”. Embora, à primeira vista, o Direito pareça distante das questões econômicas mais amplas, a pesquisa revela uma forte conexão entre o funcionamento do sistema processual e a estabilidade econômica dos cidadãos.

Processos judiciais que envolvem dívidas, contratos, pensões ou questões trabalhistas impactam diretamente na microeconomia familiar, muitas vezes determinando se uma pessoa poderá ou não manter sua atividade econômica, garantir o sustento dos filhos ou quitar suas dívidas. A morosidade na tramitação processual ou a dificuldade de cumprimento de sentenças pode gerar impactos negativos diretos no planejamento financeiro e na produtividade de pequenos empreendedores, microempresários e trabalhadores informais.

O projeto busca mitigar esses impactos ao esclarecer direitos e obrigações por meio da produção de conteúdos voltados à educação econômica e jurídica da população. Isso inclui episódios de podcast e vídeos sobre renegociação de dívidas, contratos, direitos do consumidor, acesso a crédito, execução judicial e os meios legais de resolução de conflitos, temas diretamente ligados ao dia a dia de muitas famílias.

Ao fornecer informações claras e confiáveis sobre esses temas, o projeto fortalece a autonomia financeira dos cidadãos e promove a justiça como fator de estabilidade econômica.

A educação jurídica desempenha, portanto, papel transversal no cumprimento dos ODS, ao capacitar indivíduos para a participação ativa e crítica na sociedade. Permite que as pessoas compreendam o funcionamento das instituições, reconheçam abusos e irregularidades, defendam seus direitos e exerçam plenamente sua cidadania.

No âmbito da formação superior, o ensino jurídico de qualidade deve incorporar não apenas o domínio das leis e procedimentos, mas também o desenvolvimento de competências como pensamento crítico e ético, a comunicação acessível, a empatia e escuta ativa, e também a responsabilidade social e ambiental.

Esse tipo de formação integral é o que se pretende com o projeto aqui analisado: formar profissionais que não apenas conheçam o Direito, mas que compreendam sua função social e estejam comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

5.4. Formação Jurídica e Metodologias Ativas

O modelo adotado na UNIPLAC, que combina prática supervisionada, pesquisa aplicada, produção científica e difusão de conhecimento em mídias digitais, representa uma abordagem de ensino jurídico contemporâneo, plural e engajado.

Ao enfrentar desafios reais da população, os alunos desenvolvem habilidades como argumentação oral, escrita acessível, raciocínio jurídico, empatia e análise crítica. As atividades não apenas cumprem o papel pedagógico, mas formam profissionais mais conscientes e preparados para atuar em uma sociedade desigual e judicializada.

A formação jurídica contemporânea passa por uma necessária reconfiguração metodológica e epistemológica. O modelo tradicional, centrado na memorização de normas e em práticas meramente teóricas, já não responde de forma eficaz às complexidades do mundo jurídico atual, cada vez mais interdependente, plural e desafiador.

Nesse contexto, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem e as práticas extensionistas surgem como alternativas pedagógicas essenciais, pois colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem e promovem a integração efetiva entre universidade e sociedade.

Este projeto articula essas duas vertentes, a metodologia ativa e a atividade de extensão de maneira estratégica, por meio de ações que exigem dos acadêmicos uma postura crítica, autônoma e responsável na construção e na difusão do conhecimento jurídico.

Historicamente, o ensino jurídico no Brasil foi estruturado sob um modelo eurocêntrico e conteudista, no qual a formação do bacharel em Direito era voltada majoritariamente ao domínio das leis e à reprodução de modelos doutrinários.

No entanto, essa perspectiva tem se revelado limitada diante das novas demandas sociais, da complexificação das relações humanas e da necessidade de um Direito mais responsivo, inclusivo e participativo.

Assim, a proposta deste projeto se insere em um movimento maior de reformulação epistemológica do ensino jurídico, ao entender que o Direito não deve ser apenas um conjunto de normas positivadas, mas também um campo de intervenção social, que deve ser compreendido a partir da realidade concreta dos sujeitos que dele se utilizam, ou que a ele recorrem por necessidade de justiça.

Nesse sentido, o projeto promove uma ruptura com a passividade do aluno e o transforma em agente ativo da construção do conhecimento, por meio da pesquisa empírica, do contato direto com a comunidade, da produção de conteúdos midiáticos e da análise crítica dos dados coletados.

As metodologias ativas são estratégias pedagógicas que transferem o protagonismo da aprendizagem para o aluno, exigindo dele uma postura participativa e reflexiva. Em vez de receber passivamente o conteúdo, é desafiado a resolver problemas, tomar decisões, debater casos reais, realizar investigações e, sobretudo, aplicar o conhecimento de forma prática.

Dentro do projeto, as metodologias ativas se manifestam por meio da análise real de atendimentos jurídicos feitos no EMAJ, da elaboração de roteiros informativos baseados em casos concretos, da criação de materiais educativos em diferentes formatos de áudio, vídeo e texto, da participação em gravações de podcasts com linguagem acessível, e da reflexão crítica sobre o papel do Direito nas transformações sociais.

Essas ações não apenas aprofundam a compreensão técnica do conteúdo, mas também desenvolvem competências transversais, como a comunicação clara, o trabalho em equipe, a sensibilidade social e a capacidade de resolução de conflitos, características fundamentais para o exercício ético e comprometido da profissão jurídica.

As atividades de extensão são o elo entre o saber acadêmico e a realidade concreta da sociedade. Por meio da extensão, os alunos deixam os limites da sala de aula para atuar diretamente junto à comunidade, enfrentando desafios reais e aplicando o conhecimento jurídico de forma contextualizada.

No caso deste projeto, a extensão acontece de diversas formas, na pesquisa dos atendimentos da prestação de assistência jurídica gratuita do EMAJ, na produção de conteúdo educativo para leigos, na participação de alunos e professores em debates e podcasts, na divulgação dos conteúdos digitais nas salas de espera das clínicas da UNIPLAC, e na democratização do acesso à informação jurídica.

Essas ações têm efeitos pedagógicos profundos. Ao interagir com usuários do sistema de justiça, especialmente os mais vulneráveis, os alunos desenvolvem empatia, visão crítica e comprometimento com a justiça social. Além disso, enfrentam os limites e as falhas estruturais do sistema judicial, compreendendo na prática a distância existente entre a norma e sua efetividade.

5.5 Desenvolvimento de competências essenciais para o mundo jurídico contemporâneo

No cenário atual, o profissional do Direito precisa dominar não apenas o conhecimento técnico, mas também uma série de habilidades interpessoais, comunicativas, éticas e políticas. O projeto oferece aos acadêmicos um ambiente rico para o desenvolvimento dessas competências, tais como a capacidade de ouvir, compreender e acolher diferentes realidades sociais, o domínio de linguagem acessível para tradução de conceitos jurídicos complexos, o pensamento crítico diante de dados e fenômenos sociais, o protagonismo na construção de soluções e iniciativas criativas e a ética profissional voltada para a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, a formação jurídica oferecida por meio deste projeto vai muito além da preparação para concursos públicos ou exames profissionais, visa a formação de cidadãos conscientes, agentes de transformação e promotores do acesso à justiça.

A universidade, especialmente a comunitária, tem o dever constitucional e social de contribuir com o desenvolvimento sustentável de sua região e com a promoção dos direitos fundamentais. Ao fomentar a extensão universitária e aplicar metodologias ativas, a UNIPLAC reafirma seu papel como espaço de produção de conhecimento crítico e de compromisso com a justiça social.

Ao integrar teoria e prática, ensino e comunidade, o projeto “Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo” não apenas transforma a forma de ensinar o Direito, mas também contribui para a democratização do conhecimento, o empoderamento dos sujeitos e a consolidação de uma sociedade mais informada e participativa.

6. Considerações Finais

Este artigo apresentou os resultados preliminares do projeto “Tecnologia e Inovação para Divulgação Científica do Conhecimento Jurídico Inclusivo”, realizado pelo Grupo de Pesquisa Educação e Controle Social para Eficiência do Sistema Processual do Curso de Direito da UNIPLAC com financiamento da FAPESC. A partir da análise de atendimentos realizados no EMAJ durante os anos de 2022 e 2023, foi possível compreender como o sistema processual brasileiro afeta economicamente e socialmente a vida dos cidadãos lageanos, com impacto acentuado sobre as mulheres.

Os dados revelam não apenas o predomínio de mulheres entre os usuários do serviço, 64,5%, mas também a existência de diversos entraves estruturais que dificultam o efetivo acesso à justiça, como a morosidade processual, a evasão dos jurisdicionados e o abandono de ações. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de estratégias de educação jurídica inclusiva que permitam à população compreender o funcionamento do sistema judiciário, seus direitos e os meios legais disponíveis para a resolução de conflitos. O projeto analisado neste artigo oferece uma resposta concreta a esse desafio, ao promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ancorado nas metodologias ativas e na produção de conteúdo acessível, com destaque para os podcasts e demais materiais digitais desenvolvidos por alunos bolsistas com orientação docente.

A proposta do projeto vai além da análise crítica, propõe a ação concreta, com a estruturação de um ambiente permanente de produção e divulgação de conhecimento jurídico em linguagem acessível, voltado à comunidade, especialmente à população em situação de vulnerabilidade.

A inovação reside na utilização de tecnologias de mídia digital, como o podcast, para levar informação jurídica de qualidade a quem dela mais necessita. A estrutura do estúdio, os roteiros baseados em dados reais, a presença de alunos bolsistas e professores orientadores permitem a consolidação de um modelo de educação jurídica engajado, participativo e transformador.

Além disso, o projeto promove o fortalecimento da relação entre universidade e comunidade, bem como contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A partir da experiência lageana, vislumbra-se a possibilidade de ampliação para outras regiões de Santa Catarina, transformando a realidade social a partir do conhecimento jurídico.

Ao alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o projeto contribui para uma formação jurídica que vai além da técnica: prepara cidadãos críticos, engajados e conscientes de seu papel na sociedade. A educação jurídica passa a ser compreendida como ferramenta de empoderamento individual e coletivo, fortalecendo a democracia, promovendo a igualdade de gênero, ampliando a inclusão social e impulsionando o desenvolvimento econômico.

O projeto também reforça o papel da universidade como agente de transformação social, ao estreitar os laços com a comunidade, escutar suas demandas e oferecer respostas concretas por meio do conhecimento científico. Por fim, os dados obtidos e as experiências relatadas oferecem subsídios valiosos para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas que visem o aprimoramento do sistema de justiça no Brasil, com base em evidências empíricas e no diálogo com a sociedade civil.

A construção de uma sociedade mais justa, informada e consciente depende, em grande medida, da educação jurídica de base comunitária. E é esse o principal legado que este projeto se propõe a deixar.

7. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022. Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP). Diário Oficial da União, Brasília, 28 jun. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos – SNIPER. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5 de 28 de dezembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2028.
- ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MOROSINI, Fábio André Guaragni. **O ensino jurídico e a formação de um jurista crítico**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, n. 35, p. 11-35, 2017.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2022.
- NUNES, Rodrigo da Cunha. **Justiça, cidadania e educação jurídica popular: desafios para a inclusão social**. Revista Brasileira de Educação Jurídica, v. 9, n. 2, p. 105-122, 2021.

- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Global, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- UNIPLAC. Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ. **Relatório Interno de Atendimentos**. Lages, 2024.